



O LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS: UM OLHAR SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Alyne Pessoa Cavalcante Vieira ¹

RESUMO

O presente trabalho parte da concepção que compreende a língua como prática sociointerativa historicamente situada. Logo, a partir dos pressupostos teóricos que versam sobre ensino de língua materna, sobre as políticas do livro didático e o estudo da Variação Linguística (VL): BAGNO (1999), BATISTA (2003), ANTUNES (2007) TRAVAGLIA (2009), DIONÍSIO (2001); esta pesquisa objetiva realizar uma análise do livro didático de Língua Portuguesa aprovado para o Ensino Médio. Pretendemos analisar até que ponto o objeto investigado norteia o estudo da variação linguística sob os principais fundamentos da Sociolinguística, a exemplo qual a concepção de língua privilegiada. Objetivamos, com o auxílio das pesquisas bibliográficas, desenvolver um estudo descritivo de cunho qualitativo, problematizando as propostas de estudos da língua, sobretudo referente à variação linguística no contexto do ensino de Língua Portuguesa. Este interesse parte da importância que o material didático apresenta como norteador do trabalho docente, muitas vezes sendo a única ferramenta pela qual alunos e professores têm acesso como fonte de pesquisa. No decorrer do estudo, notamos que o material, embora privilegie o estudo da VL, por vezes, apresenta distorções entre teoria e prática; opondo-se ao que se propõe o ensino de Língua Materna, o de ampliar a competência comunicativa.

Palavras-chave: Variação Linguística, ensino de língua materna, livro didático.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da inquietação enquanto professora, em torno dos Livros Didáticos, doravante LD, destinados ao ensino de língua materna. No decorrer do processo de escolha do LD de Língua Portuguesa, pude perceber que alguns materiais ofertados ao estudo da língua ainda perpetuam concepções tradicionais da Língua Materna e práticas de ensino que disseminam mitos em torno dos fatos linguísticos, preconceito e estereótipos do tipo “Certo X Errado”. Há volumes que abordam superficialmente a variação linguística, quando não a deixam de fora contemplando apenas terminologias gramaticais, atividades de leitura ou regras ortográficas.

¹ Mestranda Profletras pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, alyne_pessoa@hotmail.com



Deste modo, objetivamos realizar uma análise do LD de Língua Portuguesa aprovado para o Ensino Médio, o livro “Português Linguagens” destinado ao 1º ano, dos autores Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, tendo em vista até que ponto o material contempla os estudos da Sociolinguística, qual a percepção de língua/linguagem, e conseqüentemente, qual o conceito de gramática compreendidos nas atividades propostas. Por isso, pretendemos, a partir das pesquisas bibliográficas, desenvolver um estudo descritivo e de abordagem qualitativa da unidade que privilegia a variação linguística para estudo da língua.

Em um país com a extensa formação territorial, na qual convivem imigrantes, com suas diversas línguas; comunidades indígenas, e seus dialetos; além de ser um país cercado por visível desigualdade social; é inerente à história da formação brasileira a miscigenação, diversidade entre os povos e por assim dizer, a variação linguística também como conteúdo básico a ser abordado nos materiais didáticos. O LD de Língua Portuguesa cumpre função didático-pedagógica relevante na manutenção e transmissão de valores. Nele estão reunidas práticas, ideologias, preconceitos e estereótipos que podem contribuir positiva ou negativamente para a formação de um falante nativo.

Por isso, chegamos à conclusão de que cabe à escola ter uma proposta pedagógica adequada às demandas do educando, observando sobretudo como o Livro didático escolhido desenvolve o trabalho com a linguagem. Aos professores de Língua Materna, cabe ter ciência de uma concepção de língua e linguagem sob a perspectiva da interação, rompe gradativamente com as práticas segregadoras de estudo gramatical com fim em si mesmo, a fim de manter a coerência entre os interesses sociais da educação e as reais necessidades linguísticas e identitárias que o falante nativo precisa aperfeiçoar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ferramenta indispensável na estruturação do trabalho pedagógico do professor em sala de aula, o livro didático é um dos principais fatores que influenciam na definição do currículo do professor, promove abordagens metodológicas, dissemina conceitos/ preconceitos; e de modo geral, subsidia a da prática docente no cotidiano escolar. Embora não seja o único material que professores e alunos possam se apoiar no processo de ensino e aprendizagem, ele, o livro, pode ser determinante para a qualidade da aprendizagem decorrente das atividades escolares.



Assim já não se remete ao professor, como anteriormente, a responsabilidade e a tarefa de formular exercícios e propor questões: o autor do livro didático assume ele mesmo essa responsabilidade e essa tarefa, que os próprios professores passam a esperar dele, o que surpreende, se se recordar que já então os professores tinham passado a ser profissionais formados em cursos específicos. (SOARES, 2001, p. 153)

Logo, o livro didático assume progressivamente um papel estruturador em torno da ação docente, o que nos mostra certa dependência do professor ao material. Este caráter estruturador, contudo, tende não ser um apoio à prática docente; sim um material que condiciona, orienta e organiza as ações escolares. Embora o professor tenha liberdade didática e metodológica, contraditoriamente a isso, o livro didático, mesmo que sutilmente, regula este trabalho.

O ensino de Língua Portuguesa, no decorrer de sua implantação sempre foi pautado na visão de língua como sistema e nos estudos a partir do ensino da gramática normativa e leitura de textos eruditos para reconhecimento e apreensão da norma-padrão (SOARES, 2001). Conforme (DUBOIS, 1998, p. 287, apud COELHO, 2007, p. 17) norma-padrão é “um sistema de instruções que define o que deve ser escolhido entre os usos de uma dada língua se se quiser conformar a um ideal estético ou sociocultural”. Foi a elaboração da norma-padrão da Língua Portuguesa que difundiu o ensino da gramática tradicional, prescritiva.

Assim, a norma-padrão é um ideal linguístico, não a língua por excelência. A tentativa de catalogar os usos da língua ao fixar regras gramaticais, torna-nos reféns da própria língua e desconsidera sua natureza viva e dinâmica, prática ainda recorrente no ensino/estudo do português. É muito comum a relativização entre norma-padrão e norma culta (língua culta), chegando a serem usadas como sinônimos.

Por norma culta, (FARACO, 2002) esclarece que designa a variedade utilizada pelas pessoas que possuem mais contato com a “cultura escrita”. E quem são estes falantes? No Brasil, são considerados falantes cultos aqueles que possuem graduação no Ensino Superior (BAGNO, 1999). Portanto, sua variedade assemelha-se mais à norma culta, que não implica afirmar que tais usos estão em plena harmonia com a norma-padrão. As inadequações entre um termo e outro, além de gerar profundas incoerências no ensino de Língua Materna, contribuem para a massiva estratificação da língua corrente consolidada pelo uso social, reforçando o que conhecemos como preconceito linguístico (BAGNO, 1999).

O PCN: Língua Portuguesa orienta sobre a variação linguística e nota que as variantes linguísticas devem ser prestigiadas nos estudos da língua para que não se corra o risco de uma mutilação cultural. “Para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de

alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e sendo assim é preciso “consertar” a fala do aluno para que ele não escreva errado”. (BRASIL, 2001, p. 31)

Contraditoriamente ao que é orientado nos documentos oficiais para a educação, ainda observamos a massiva abordagem da gramática normativa nos LD de Língua Portuguesa e a abordagem superficial da Variação Linguística, ao privilegiar apenas aspectos da variação dialetal. Tão importante quanto os estudos de leitura e escrita, reconhecer a língua em que se fala contribui para a autoafirmação social. Ignorar os usos que a língua oportuniza no dia a dia, torna o ensino de Língua Materna irreal, desestimulante, descontextualizado. O ensino tradicional e o uso excessivo da gramática normativa, enquanto premissa para falar e se comunicar bem, nos faz entender que não conhecemos ou sabemos nossa língua.

Não estamos falando em abandonar a norma-padrão, uma vez que essa norma goza de importância histórico-social. Porém, defendemos a valorização da língua enquanto um sistema aberto, variável e flexível, no qual são reconhecidos e valorizados os usos concretos que se faz da linguagem diariamente pelos seus falantes. Por isso, a maneira como se concebe a língua e a linguagem é determinante para o desenvolvimento do estudo da língua, em termos de ensino e aprendizagem.

Por esse aspecto, é válido refletir que o ensino de Língua Materna está associado a ideologias, conceitos, crenças e entre estas, o modo como o professor concebe a linguagem, é sem dúvidas, uma das mais importantes, pois é a partir dela que serão empreendidas as atividades de ensino. Visões distorcidas acarretam ensino distorcido e aprendizado insuficiente. De acordo com Travaglia (2009) a linguagem pode ser concebida mediante três concepções: **linguagem como expressão do pensamento, linguagem como instrumento de comunicação e linguagem como forma ou processo de interação.**

A primeira concepção parte do princípio que a língua é um sistema de regras a ser seguido, cuja organização lógica do pensamento origina, conseqüentemente, a linguagem. Para esta concepção a enunciação é um ato monológico, individual. Para a linguagem tida como instrumento de comunicação, a língua é vista como código, um conjunto de signos que se combinam segundo um sistema de regras que é capaz de transmitir mensagem a um receptor. Este código deve ser, portanto, de conhecimento de todos, preestabelecido, convencionalizado para que a comunicação se efetive. Neste caso, a língua é uma entidade social.

Mediante estas duas concepções, estão ancorados os métodos tradicionais de ensino de língua materna, nos quais são adotadas quase que de modo exclusivo princípios da gramática normativa (norma-padrão). Estas concepções limitam os estudos da língua a uma perspectiva

individual e monológica na qual são estudados tão somente seu funcionamento interno, descaracterizando o homem do seu contexto social.

A terceira concepção, linguagem como forma ou processo de comunicação, o indivíduo ao utilizar a linguagem não só produz ou exterioriza um pensamento, mas realiza ações que atuam sobre o receptor da mensagem. A linguagem, desta forma, é o lugar de interação, na qual são produzidos efeitos de significado e sentido entre os interlocutores, em dado contexto sócio-histórico e ideológico. A este respeito citamos Bakhtin (1986):

“A verdadeira substância da linguagem não é constituída por um sistema abstrato de forma linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação ou pelas enunciações. A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da linguagem.” (BAKHTIN, 1986, p. 123, apud TRAVAGLIA, 2009, p. 23)

Deste modo, levando-se em consideração que o papel da disciplina Língua Portuguesa é o de possibilitar, por procedimentos sistemáticos, o desenvolvimento das ações de produção de linguagem em diferentes situações de interação (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO, 2006), a escola, o professor, livro didático devem estar abertos à pluralidade do discurso, tanto da perspectiva gramatical, estudo e reflexão da língua; quanto textual, com a diversidade dos gêneros textuais; minimizando as antigas práticas de ensino de língua prescritivo e de caráter estritamente gramatical (transmissão da gramática normativa). Como observamos em Travaglia (2009), o ensino de Língua Materna se justifica, principalmente, com o intuito de desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua. Isto é, propiciar que o falante possa empregar adequadamente, nas diversas situações interativas, todas as possibilidades que a língua dispõe.

Nesse sentido, estudar a língua na perspectiva da interação e da variação, não exclui o trabalho com a gramática, visto que a acepção desta palavra pode ser dada sob abordagens distintas. Assim, a análise linguística no LD de Língua Portuguesa voltada para a variação linguística não corresponde ao domínio de um sistema de itens lexicais, mas implica sempre reflexões em torno da linguagem.

Por isso, o trabalho com a gramática normativa calcado no jogo do Certo x Errado que define o bem falar/ comunicar não condiz com a natureza sociointerativa da língua. Por isso, para que o falante adquira ampla competência comunicativa, as experiências e aprendizado sobre a linguagem devem ser sobretudo de reflexão, e em conjunto com diferentes perspectivas de gramáticas. Logo, o ensino de língua, associado ao estudo da gramática deve se voltar para uma gramática de uso e para uma gramática reflexiva, com o

auxílio de um pouco de gramática teórica (normativa), mas privilegiando aspectos da interação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O capítulo 07 “Língua: uso e reflexão” contempla o estudo da variação linguística, inserindo-a como um evento determinado por fatores sociais e regionais. Para construir os conceitos, os autores propõem a leitura do poema “Aos poetas clássicos” de Patativa do Assaré. Não há no início do capítulo, no manual do professor, orientações acerca de como o professor deve abordar, inicialmente, o conteúdo.

Figura 01: Poema “Aos poetas clássicos”

<p>Aos poetas clássicos</p> <p>Poetas niversitário, Poetas de Cademia, De rico vocabulário Cheio de mitologia; Se a gente canta o que pensa, Eu quero pedir licença, Pois mesmo sem português Neste livrinho apresento O prazê e o sofrimento De um poeta camponês.</p> <p>Eu nasci aqui no mato, Vivi sempre a trabaiá, Neste meu pobre recato, Eu não pude estudá No verdô de minha idade, Só tive a felicidade De dá um pequeno insaio</p>	<p>In dois livro do iscritô, O famoso professô Filisberto de Carvaio.</p> <p>No premêro livro havia Belas figuras na capa, E no começo se lia: A pá — O dedo do Papa, Papa, pia, dedo, dado, Pua, o pote de melado, Dá-me o dado, a fera é má E tantas coisa bonita, Qui o meu coração parpita Quando eu pego a resecordá.</p> <p>[...]</p> <p><small>(www.releituras.com/patativa_poetclassicos.asp)</small></p>	<p>Quem foi Patativa do Assaré?</p> <p>Antônio Gonçalves da Silva, conhecido como Patativa do Assaré (1909-2002), nasceu em Assaré e se tornou um conhecido poeta popular na região do Cariri, interior do Ceará.</p> <p>Apesar da pouca escolaridade e da cegueira resultante de uma doença, Patativa guardou, até o final da vida, todos os seus poemas na memória.</p> <p>Publicou vários livros, porém as gravações em disco e vídeo é que dão uma noção mais completa da expressividade do poeta, que inclui, além das palavras, entonações, pausas, gestos, etc.</p>
--	---	---

Fonte: Livro Didático “Português Linguagens” p. 76.

A partir do texto verbal motivador exposto para análise dos mecanismos da língua, a sequência de perguntas, passo a passo, conduzem à formação de conceitos previamente detidos pelo aluno. Notamos, diante desta metodologia, a inclusão e valorização dos conhecimentos que o aluno tem formado sobre o tema, podendo reforçá-los, ou desfazer possíveis distorções. É importante destacar que o material, neste capítulo, não utiliza a prática equivocada do texto enquanto pretexto para análise de termos gramaticais, mas materializa os fatos linguísticos, situando-os no contexto de produção e discursividade.

De início, na questão 01 alternativas (a/b/c), os autores conduzem o aluno, a partir do levantamento dos vocábulos grafados no texto, a identificar a qual contexto o eu lírico do poema pertence, uma vez que sua fala revela traços de um contexto geográfico brasileiro específico. Em seguida, é estabelecido diálogo entre o conteúdo do texto e o título, a fim de que os alunos possam estabelecer relação entre ambos, reforçando, nesta parte, habilidades de leitura. Percebemos, a princípio, que o material, embora busque contextualizar o dialeto

corpus da análise em um enquadre, a escolha deste autor, reforça o trabalho caricato com a variação.

Ainda no exercício 01, a questão “d” solicita que o aluno transcreva para a norma-padrão as palavras retiradas do texto, nas quais encontrava-se possível inadequação. Trabaíá/ trabalhar; insaio/ ensaio; tantas coisa bonita/ tantas coisas bonitas e parpita/ palpita. Aparentemente, pensamos que em nada esta atividade de transcrição e correção contribui para a formação linguística do aluno, todavia, o exercício que o segue, alternativa (e), complementa-o ao questionar se o poema, por se tratar de um texto literário, deveria ser passado por uma revisão antes de ser publicado, a fim de que sua ortografia e sua linguagem fossem adequadas à norma-padrão e que o aluno justificasse a sua resposta.

De acordo com o Manual do Professor, ele sugere que como resposta a esta questão os alunos percebam que a variedade linguística em que o poeta escreve não traz prejuízos ao texto e não deve ser corrigido, uma vez que contribui para a construção do eu lírico. A proposição faz o aluno refletir sobre questões não só da variação linguística isoladamente, mas também, situa-o, no contexto de adequação da linguagem pertinente ao gênero textual produzido, em que deve haver relação entre autor, mensagem e situacionalidade. Nossa observação a esta metodologia, está na ordem de prioridade e levantamento das ideias. A tendência de primeiro identificar os possíveis desvios, evidencia os conceitos cristalizados do certo e errado, embora, adiante o material promova algumas reflexões em torno disso.

No exercício 02, os alunos ainda são levados a reconhecer que os registros representados no texto não são exclusivos da fala do universo rural, mas também são verificados em outras regiões, como no universo urbano e até mesmo por pessoas escolarizadas. Nesta questão, o manual faz referência ao contínuo de urbanização (rural / urbano) de Bortoni-Ricardo (2004). Essa abordagem é muito produtiva na Sociolinguística educacional e leva para a sala de aula quebra de paradigmas e estereótipos em torno das variantes mais estigmatizadas. A atividade ainda contextualiza a construção “dá-me o dado”, prescrita pela norma-padrão, como pouco comum, até mesmo na fala de usuários mais escolarizados, sugerindo a transcrição escrita de como utilizamos a mesma construção, diariamente.

No último exercício (03), especificamente na letra (b), os autores estabelecem um momento de discussão entre alunos e professor, a fim de que seja estabelecido um canal de diálogo e reflexão, para que sejam reforçados os conceitos apreendidos, levando ao centro da



discussão, questões sobre o preconceito linguístico e as variedades da língua portuguesa. Neste momento, espera-se que o professor tenha amplo domínio do conteúdo, a fim de que discorra sobre o assunto com respaldo. É preciso que o professor amplie os conhecimentos construídos no decorrer da atividade, a fim de que o aluno seja levado a perceber que a variação na linguagem é um fenômeno comum a todas as línguas independentemente de país (região), social (mais ou menos escolarizado) ou modalidade (falada ou escrita).

O material, em seguida, apresenta o conceito de variedades linguísticas, norma-padrão e variedades urbanas de prestígio. Reforça-se que a norma-padrão não é a língua de fato, pois ninguém fala de acordo com ela em todos os momentos. Há um box que aborda o mito de onde se fala melhor o português no Brasil discutido (BAGNO, 1999), reforçando que não existe um modelo de língua a ser seguido e que todas as variedades são perfeitamente adequadas à realidade em que estão inseridas. Destaca-se, porém, o fato de a variedade padrão gozar de mais prestígio, em detrimento das variedades estigmatizadas, tanto por fatores sociais, quanto culturais.

A língua é situada, no material, como expressão de uma identidade grupal, sendo capaz de identificar pessoas de um determinado grupo pelo modo como usam um vocabulário específico. Assim, o uso de gírias, jargões, termos técnicos e certas expressões, além de tornarem o diálogo mais informal, estão adequados ao contexto de uso, desde que os interlocutores mantenham, se comuniquem efetivamente. Neste ponto, o aluno é inserido na reflexão sobre o caráter identitário da língua. Ela não só representa uma cultura, mas nasce com a sociedade, evolui mediante os usos sociais e está sempre a serviço da comunicação humana.

O aluno é conduzido, a partir da exposição teórica, a perceber a relação que há entre os registros formal e informal, não só na variedade, oral, como também escrita. É preciso desmistificar a relação direta que há entre a oralidade e informalidade; escrita e formalidade. Conforme (TRAVAGLIA, 2009, p. 53) “É necessário lembrar sempre que não é válida a distinção que frequentemente encontramos enunciada por professores de que a língua falada seria informal e a escrita formal. Isso não é verdadeiro.”

Figura 04: nível de formalidade

INFORMAL ↓ FORMAL	ORAL →		ESCRITO
	Bate-papo, fofoca Caso, conversa fiada	Bilhete, carta pessoal Diário	Biografia
Entrevista médica Relato de vivências Reclamação		Entrevista jornalística Notícias Carta de reivindicação	
Debate Palestra Conferência	Carta de leitor	Editorial, ensaio Relatório científico, artigo científico, tese	

(Angela Kleiman. *Preciso ensinar o letramento — Não basta ensinar a ler e escrever?*. Campinas, SP: Cefiel/UEL/Unicamp, 2005-2010. p. 46.)

Fonte: Livro Didático “Português Linguagens” p. 80

Sob este prisma, o LD lança um trabalho que considera os usos sociais da linguagem seguindo a perspectiva dos gêneros do discurso. O aluno, ao compreender que as línguas variam, mediante dados contextos e fatores, compreende também que a variação se aplica também aos textos escritos (não só aos oralizados, como é comum em muitas abordagens). É um equívoco metodológico abordar o estudo da variação dialetal na perspectiva estrita aos dialetos, ou vocabular, desconsiderando os registros, tão pertinentes para a formação da competência comunicativa. Diante do exposto, (TRAVAGLIA, 2009, P. 64) “Daí a nossa proposta ser a de desenvolver a competência comunicativa abrindo a escola para todos os discursos, incluídas aí as variedades linguísticas, que são na verdade, reflexo de discursos diversos.”

Adiante, em “Semântica e discurso” o exercício é puramente de reescrita e solicita que os alunos reescrevam de acordo com a norma-padrão, as frases produzidas para um concurso de gíria. O primeiro ponto a ser problematizado é que ao referendar a transcrição de textos originalmente falados, produzidos discursivamente para um fim, o material demonstra incoerência, visto que todas as variedades estão adequadas ao contexto em que surgiram. Retirá-las de contexto, reescrevê-las fora desse, é dar respaldo à metodologia do certo e errado, levando à sutil ideia de que a linguagem está errada e por isso, precisa corrigi-la.

Segundo ponto, qual seria a finalidade? Até que ponto este exercício trabalha aspectos da semântica, a não ser a adequação dos dialetos à norma-padrão? Na maioria destas falas, as gírias empregadas não fazem sentido aos receptores da mensagem a quem o LD está destinado (alunos diversos), uma vez que eles podem não pertencer aos grupos urbanos e

sociais que elaboraram as mensagens. Portanto, uma atividade descabida que não atende ao propósito definido, que seria semântica e discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação livro didático e ensino de Língua Portuguesa, algumas vezes, é caracterizada por descompassos. Nem sempre esta relação acontece de maneira harmoniosa, cabendo ao professor, muitas vezes interferir nas atividades didáticas propostas pelo material, assim como lhe é garantido autonomia didática.

Embora não tratemos de um material ideal, talvez nem exista; o livro analisado se mostra aberto e atende às teorias linguísticas que contemplam o estudo da variação e está adequado ao que orienta as políticas para a educação vigente (PCN). Isto é um avanço, considerando o leque de autores puristas que figuram no campo editorial de produção de LD e que gozam de muito prestígio na grande mídia.

Com base na análise do capítulo desenvolvida no livro didático Português Linguagens, podemos destacar a atenção que os autores dão à variação linguística, concebendo e situando o fenômeno como um evento que ocorre em diferentes esferas de uso da língua. O livro não se limita ao estudo apenas das variedades dialetais, com foco no estudo e transcrição do léxico, embora haja, despropositadamente, exercícios que estimulem esta prática.

Desde a leitura inicial do manual do professor, notamos o interesse dos autores em firmar a obra frente às correntes teóricas da língua enquanto prática sociointerativa, todavia, nem sempre a prática condiz com a teoria. Algumas vezes, os autores não conseguem adequar as atividades à teoria desejada e algumas atividades destoam do que é apresentado nas bases teórico-metodológicas.

Com a feitura, notamos que em boa parte das atividades o material atende ao que é proposto nas bases teórico-metodológicas, uma vez que além de contemplar as variedades da língua sob o contexto sócio-discursivo dos gêneros textuais; orienta e estimula o pensamento crítico, além de tentar desfazer estereótipos linguísticos.

Deste modo, na unidade de análise percebemos que os autores não prezam apenas fundamentos da norma-padrão, embora perpetuem atividades de correção baseada na norma, que deixam subentendido que há uma dicotomia do tipo “Certo x Errado”, tão marcantes nas aulas de língua portuguesa

Respectivo às concepções de gramática, o material, nesta unidade, não fundamenta apenas a perspectiva da gramática normativa, sob viés da norma-padrão, mas estimula em

muitos momentos a reflexão e os usos associados aos contextos discursivos. Deste modo, na unidade voltada para a variação, o livro não se apresenta como prescritivo.

Entretanto, gostaria de destacar a relevância que o professor de língua materna desempenha para o ensino e reflexão da língua, uma vez na relação LD X Professor, ambos ainda estão ajustando os passos. É necessário que o professor tenha uma formação sólida sobre os fatos da língua para que possa intervir, em situações nas quais os livros apresentem possíveis distorções.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BRASIL. MEC. SEMTEC. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: 1999.

_____. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático para o Ensino Médio - PNLD 2015**. Brasília, 2013.

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português Linguagens**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COELHO, P. M. C. R. **O tratamento da variação linguística no livro didático de português**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. cap.3. p. 37-61.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. São Paulo: Cortez, 2009.